

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 29 de junho de 2017.

Edição n.º 2169

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de contratos.....	2
Avisos de licitações.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	3
-------------	---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS****BOLETIM N.º 210/2017**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 27 de junho de 2017, o servidor PAULO LEANDRO HOSER, ID n.º 3769356, do cargo de Agente Administrativo, classe "M", deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 1874/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

APOSTILA

PROCESSO N.º 888-09.00/14-3

CONCEDENTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; **CONCESSIONÁRIO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; **OBJETO:** apostilamento do Termo de Concessão Remunerada de Uso de Imóvel não Residencial, para fazer constar o reajuste do valor mensal, a contar de 16 de maio de 2017; **VALOR MENSAL:** R\$ 19.154,10; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula quarta, parágrafo terceiro, do ajuste. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de junho de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA

PROCESSO N.º 2933-09.00/07-0

LOCADOR: ADEMIR JOSÉ BISSOTTO; **OBJETO:** apostilamento do Contrato de Locação de Imóvel – AJDG nº 061/2012, que tem como objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, para fazer constar o reajuste do valor mensal, a contar de 23 de maio de 2017; **VALOR MENSAL:** R\$ 927,52; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula terceira, parágrafo primeiro, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de junho de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS N.º 015/2017 PROCESSO

SGA N.º 01236.000.016/2017

PROCESSO SGCON N.º 02405.000.063/2017

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2017

No dia 11 de maio de 2017, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa: DECOL -DECOL & LOVISON LTDA. -ME, vencedora dos itens abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Marca/ Modelo	Preço Unitário
1	Monitor/TV LED de 55"	50 un.	LG/ 55LH6000	R\$ 3.259,00

VALIDADE: 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5222/5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nº 11.389/99 e nº 13.191/09, Provimentos PGJ/RS nº 40/04, nº 47/05 e nº 33/08, Lei Complementar nº 123 /06 e, subsidiariamente, Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA
E VENDA N.º 044/2017**

SGA N.º 00686.000.005/2017

SGCON N.º 02405.000.054/2017

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2017

CONTRATADA: JULIANA FORTUNA DA SILVA ME;
OBJETO: aquisição de 12 (doze) módulos de memória RAM, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Marca/ Modelo	Valor Unit.
01	Módulos de Memória RAM com capacidade de 16GB	12	Kingston/ DDR4 2400MHZ ECC, CL 17, XA, 1.2V	R \$ 1.090,00

VIGÊNCIA: 150 (cento e cinquenta) dias; **VALOR TOTAL:** R\$ 13.080,00 (treze mil e oitenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3031; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nº 13.191/09 e nº 11.389/99, Lei Complementar nº 123/06, Provimentos PGJ/RS nº 33/08 e nº 47/05, e, subsidiariamente, Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Provimentos PGJ/RS nº 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de junho de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite n.º 03/2017 (Processo SGA nº 677.000.004/2017). A Procuradoria-Geral de Justiça, por sua Comissão Permanente de Licitações, TORNA PÚBLICA, atendendo ao disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações, a ANULAÇÃO da licitação em epígrafe.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de junho de 2017.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS****BOLETIM N.º 105/2017**

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00763.00044/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Investigar irregularidades na condução dos procedimentos médicos via Sistema Único de Saúde pelo município de Erechim". INVESTIGADO(S): Município de Erechim. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00051/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar a existência de irregularidades na prestação dos serviços do CRAS São Judas Tadeu, do CREAS, no PAEFI e no Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00001/2013. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Apurar a falta de profissionais no Serviço de Urgência e Emergência do Município de Gravataí –SUE 24 Horas. INVESTIGADOS(S): Município de Gravataí e Sue - Serviço de Urgência e Emergência de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00820.00104/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denilson Belegante. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Denilson Belegante. OBJETO: Verificar as condições de acessibilidade aos Portadores de Deficiência Física e/ou mobilidade reduzida nas agências bancárias da rede pública de Passo Fundo. INVESTIGADOS(S): Banco do Brasil e Banrisul. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00887.00023/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: Averiguar a capacidade de atendimento do Hospital de São Jerônimo em decorrência do fechamento do Hospital Municipal de Charqueadas. LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00019/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar potencial dano difuso e coletivo do direito à saúde dos idosos, decorrente das condições higiênico-sanitárias, de estrutura e de serviços da SRT Altos do Lago, estabelecida na Rua João Carlos Viale Dias, n.º 607, Tarumã, Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Srt Altos do Lago. LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00007/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar deficiências nos recursos humanos e dificuldade para agendamento de consultas no Ambulatório de Dermatologia Sanitária. INVESTIGADO: Estado do Rio Grande do Sul, Por Sua Secretaria Estadual de Saúde LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de Junho de 2017.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**CONSELHO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO****AVISO N.º 45/2017**

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução nº 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 20 de junho de 2017, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

JULGADOS:

IC.(2)00820.00010/2003,	IC.(2)00820.00024/2003,
IC.00710.00011/2016,	IC.00711.00006/2016,
IC.00711.00087/2015,	IC.00712.00002/2011,
IC.00712.00006/2015,	IC.00716.00013/2015,
IC.00717.00030/2015,	IC.00718.00027/2013,
IC.00718.00076/2015,	IC.00722.00002/2016,
IC.00722.00015/2016,	IC.00722.00026/2016,
IC.00722.00040/2012,	IC.00722.00065/2016,
IC.00722.00082/2016,	IC.00722.00104/2014,
IC.00723.00019/2014,	IC.00732.00021/2012,
IC.00734.00006/2016,	IC.00734.00020/2014,
IC.00736.00003/2014,	IC.00736.00006/2014,
IC.00737.00047/2013,	IC.00739.00178/2005,
IC.00742.00101/2007,	IC.00742.00108/2007,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de junho de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2169

IC.00743.00008/2011,
IC.00746.00015/2015,
IC.00748.00123/2015,
IC.00748.00206/2015,
IC.00748.00237/2011,
IC.00754.00051/2011,
IC.00762.00001/2016,
IC.00762.00097/2011,
IC.00763.00052/2014,
IC.00771.00015/2016,
IC.00772.00021/2013,
IC.00775.00103/2015,
IC.00781.00027/2011,
IC.00782.00001/2012,
IC.00782.00051/2013,
IC.00783.00007/2013,
IC.00783.00048/2014,
IC.00792.00004/2012,
IC.00794.00026/2011,
IC.00797.00005/2012,
IC.00797.00017/2011,
IC.00798.00003/2012,
IC.00799.00016/2013,
IC.00801.00023/2008,
IC.00801.00110/2013,
IC.00802.00026/2014,
IC.00811.00053/2012,
IC.00812.00010/2013,
IC.00820.00013/2016,
IC.00820.00222/2016,
IC.00821.00003/2015,
IC.00821.00008/2015,
IC.00824.00002/2017,
IC.00824.00070/2016,
IC.00824.00099/2016,
IC.00832.00005/2017,
IC.00832.00088/2016,
IC.00833.00001/2014,
IC.00833.00022/2015,
IC.00833.00049/2016,
IC.00850.00002/2012,
IC.00852.00055/2016,
IC.00852.00102/2014,
IC.00856.00005/2016,
IC.00856.00026/2012,
IC.00856.00039/2015,
IC.00861.00045/2016,
IC.00861.00051/2012,
IC.00861.00099/2012,
IC.00867.00014/2012,
IC.00872.00003/2014,
IC.00872.00068/2004,
IC.00872.00076/2015,
IC.00879.00023/2013,
IC.00890.00007/2015,
IC.00890.00066/2011,
IC.00891.00016/2016,
IC.00894.00071/2011,
IC.00905.00010/2015,
IC.00907.00043/2014,
IC.00907.00078/2012,
IC.00911.00012/2016,

IC.00746.00003/2015,
IC.00748.00113/2016,
IC.00748.00196/2016,
IC.00748.00232/2016,
IC.00748.00298/2013,
IC.00760.00023/2015,
IC.00762.00073/2015,
IC.00763.00038/2016,
IC.00771.00014/2016,
IC.00771.00030/2016,
IC.00775.00003/2016,
IC.00779.00009/2013,
IC.00781.00029/2009,
IC.00782.00017/2011,
IC.00783.00002/2016,
IC.00783.00032/2016,
IC.00788.00073/2013,
IC.00794.00019/2015,
IC.00796.00028/2011,
IC.00797.00011/2011,
IC.00797.00036/2011,
IC.00799.00009/2015,
IC.00800.00001/2013,
IC.00801.00030/2009,
IC.00802.00012/2010,
IC.00807.00021/2013,
IC.00811.00056/2012,
IC.00819.00082/2015,
IC.00820.00178/2016,
IC.00820.00248/2008,
IC.00821.00006/2015,
IC.00823.00001/2014,
IC.00824.00056/2015,
IC.00824.00088/2016,
IC.00824.00106/2016,
IC.00832.00012/2017,
IC.00832.00150/2015,
IC.00833.00011/2012,
IC.00833.00029/2016,
IC.00833.00068/2016,
IC.00851.00008/2010,
IC.00852.00061/2016,
IC.00852.00129/2013,
IC.00856.00018/2016,
IC.00856.00037/2014,
IC.00861.00023/2014,
IC.00861.00051/2010,
IC.00861.00076/1999,
IC.00865.00068/2016,
IC.00867.00017/2016,
IC.00872.00067/2013,
IC.00872.00071/2004,
IC.00872.00119/2010,
IC.00883.00020/2010,
IC.00890.00031/2015,
IC.00891.00005/2016,
IC.00893.00010/2014,
IC.00903.00001/2015,
IC.00907.00036/2015,
IC.00907.00052/2015,
IC.00910.00009/2016,
IC.00911.00025/2009,

IC.00911.00037/2012,
C.00911.00050/2016,
IC.00913.00010/2015,
IC.00913.00022/2016,
IC.00914.00005/2017,
IC.00915.00048/2006,
IC.00920.00007/2004,
IC.00930.00019/2016,
IC.00930.00143/2009,
IC.00931.00081/2015,
IC.00933.00018/2014,
IC.00935.00044/2015,
IC.00940.00008/2015,
IC.00943.00027/2016,
IC.00949.00071/2016,
IC.00949.00223/2013,
IC.00970.00008/2015,
IC.01128.00014/2015,
IC.01128.00116/2015,
IC.01128.00132/2014,
IC.01132.00043/2016,
IC.01136.00038/2011,
IC.01136.00094/2011,
IC.01175.00020/2016,
IC.01202.00142/2014,
IC.01211.00004/2015,
IC.01211.00023/2014,
IC.01212.00017/2015,
IC.01223.00054/2013,
IC.01232.00009/2015,
IC.01349.00029/2014,
IC.01349.00241/2011,
PI.00770.00005/2017,
PI.00852.00074/2016,
PI.00943.00003/2016.

IC.00911.00046/2008,
IC.00911.00165/2011,
IC.00913.00011/2015,
IC.00913.00024/2016,
IC.00915.00013/2013,
IC.00917.00011/2014,
IC.00927.00007/2013,
IC.00930.00040/2016,
IC.00931.00035/2013,
IC.00933.00003/2010,
IC.00935.00016/2016,
IC.00935.00059/2013,
IC.00943.00018/2014,
IC.00949.00047/2016,
IC.00949.00203/2014,
IC.00951.00031/2011,
IC.01128.00004/2016,
IC.01128.00036/2014,
IC.01128.00127/2013,
IC.01128.00213/2014,
IC.01134.00005/2015,
IC.01136.00079/2011,
IC.01175.00013/2015,
IC.01202.00020/2016,
IC.01203.00021/2016,
IC.01211.00011/2014,
IC.01212.00014/2016,
IC.01223.00048/2015,
IC.01223.00078/2015,
IC.01349.00020/2014,
IC.01349.00194/2011,
PA.00865.00180/2011,
PI.00780.00066/2015,
PI.00910.00029/2016,

NÃO-HOMOLOGADO: IC.00746.00029/2015.

PEDIDO DE VISTA: IC.00852.00051/2016.

Os interessados poderão solicitar à Secretaria dos Órgãos Colegiados certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.